

SURDOS, INCLUSÃO SOCIAL NO MERCADO DE TRABALHO PELA ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Cristina Villar Salvatori

Acadêmica De Serviço Social Pela Faculdade Padre João Bagozzi

E-mail: Crissalvatorisocial@Gmail.Com

INTRODUÇÃO

O estudo da inclusão do surdo na sociedade através do ingresso no mercado de trabalho requer uma compreensão da história cultural e social que está relacionada à realidade encontrada nos dias atuais. Paralelamente, as avaliações das políticas sociais de amparo aos deficientes auditivos permitem conhecer o contexto envolvido e as medidas que tem permitido a conquista de emancipação e transformação da realidade social a qual estão envolvidos, visando assim uma diminuição da vulnerabilidade.

A inclusão da pessoa com deficiência auditiva vem de um processo de muitas lutas sociais, mas de que forma as políticas sociais estão auxiliando o Serviço Social na inclusão deles no mercado de trabalho e na sociedade?

Ao avaliar a inclusão social por meio trabalho, também se busca pesquisar as especificidades desse processo, como a superação do preconceito, a adaptação às regras e hábitos do mundo do trabalho e as necessidades de se conhecer os direitos e políticas sociais.

Apesar da existência de leis trabalhistas no Brasil como A lei 8.213, de 24 de julho de 1991, também chamada de Lei de Cotas que trata da contratação de deficientes, a procura dos surdos por atividades laborais revela, em grande parte, dificuldades de entrada deles no mercado de trabalho formal, pois nos postos de trabalho, o surdo tem de enfrentar a dificuldade de comunicação com os contratantes, que atrapalha o processo de efetivação empregatícia da pessoa com deficiência auditiva. Muitas das oportunidades de emprego não são preenchidas por conta dessa dificuldade, a falta de conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) regulamentada pela lei 10. 436 de 24 de abril de 2002

Com o intuito de auxiliar este momento, em que as barreiras na procura de um trabalho se tornam um grande obstáculo a ser percorrido pode se abordar como solução a aplicação da Economia Solidária, sendo uma possibilidade de sustento e melhoria de vida, pois é uma prática regida pelos valores de autogestão, democracia cooperação solidariedade respeito à natureza promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, tendo em vista um projeto de desenvolvimento sustentável global e coletivo.

É um processo lento mais que caminha para a inclusão do deficiente auditivo tendo em vista a disposição dos surdos para trabalhar e as dificuldades enfrentadas para a sua inserção no mercado de trabalho e busca na Economia Solidária um processo de superação do preconceito, adaptação às regras e hábitos do mundo e as necessidades de se conhecer os direitos e aplicação das políticas sociais que estão relacionadas com os deficientes auditivos.

OBJETIVO

Aprofundar o conhecimento da deficiência auditiva e as políticas sociais que podem dar um subsídio ao assistente social no auxílio para a inclusão dos surdos na sociedade brasileira através do trabalho através da Economia Solidária.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de pesquisa visa trazer importância das políticas sociais que norteiam a pessoa com deficiência auditiva, distinguindo o porquê se tem a falta de conhecimento delas tanto pela sociedade quanto pelos usuários do sistema.

Desta maneira trazer à tona o significado do respeito a eles, uma vez que, no decorrer da história até os dias atuais sofrem ao buscar seus direitos, como sua ida a um órgão de saúde e não se encontra um profissional apto a atendê-lo contradizendo o que está previsto na Constituição Federal de 1988 Art. 196, ou ter um sustento advindo de seu trabalho.

MÉTODO

Pesquisa foi fundamentada em pesquisas Bibliográficas. E pesquisa realizada em forma de formulário com deficientes auditivos.

RESULTADOS OBTIDOS

Projeto de pesquisa esta em fase de finalização da pesquisa de campo e mensuração de dados, mas os dados do referencial teórico estão completos dando base a importância de aprofundar o conhecimento na deficiência auditiva e sua inclusão no mercado de trabalho com embasamento da política pública e Economia Solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da inclusão da pessoa com deficiência auditiva na sociedade brasileira exige a compreensão do histórico social do sujeito. Paralelamente, as avaliações das políticas sociais de amparo aos portadores de deficiência permitem conhecer o contexto envolvido e as medidas que tem permitido a conquista de emancipação e transformação da realidade social a qual estão envolvidos, visando assim uma diminuição da vulnerabilidade.

As políticas sociais, desde o seu contexto histórico estão atreladas ao principio de amenizar a vulnerabilidade e quando se relaciona as pessoas com deficiência auditiva, onde a mesma tem a forma de tratamento diferenciado, dando ao cidadão ampara específico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados **Legislação Brasileira sobre Pessoas Portadoras de Deficiência**. Disponível na [pdf/legislacao-brasileira-sobre-pessoas-portadoras-de-deficiencia](#). Acessado em 04/09/2016

Gesser, Audrei (1971). **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno de língua de sinais e da realidade surdo**. Editora Parábola;2009

ONU. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Disponível na internet:
<http://www.assinoinclusao.org.br>. Acessado em 03/09/2017

Constituição Federal -

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm-. Acessado em
03/09/2017